Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 18

PORTAL SEU DINHEIRO - SÃO PAULO - SP
ANFIP
Correção da tabela do imposto de renda sai ou não sai? Principais candidatos são a favor, mas só Bolsonaro cita medida em propostas 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Arthur Lira volta a omitir bens em declaração à Justiça Eleitoral 5

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Irmãos Batista levam 'Conselhinho' à Justiça 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Liminares liberam negociação de débitos com a PGFN 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Governo terá de anunciar novo corte de despesas a dez dias da eleição 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Novas projeções fiscais indicam primeiro superávit primário do país desde 2013 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
2023: antigos problemas para novos governos (Artigo) 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
"O que Lula precisa é de uma sintonia fina" 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Alckmin diz que voto útil é natural e pede pés no chão 15

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Eleições e reforma tributária (Artigo) 16

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Meirelles já opera para reduzir aversão a Lula entre grandes investidores 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
ONU prevê onda de insatisfação 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Lição básica para o desenvolvimento (Editorial) 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
"Extirpamos a corrupção sistêmica que existia no país" 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Gás de cozinha fica mais caro após Petrobras cortar preços na refinaria 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Guedes pode ter violado lei ao exaltar Bolsonaro, afirmam especialistas 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Veja o que pensam candidatos sobre temas ligados a racismo 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Indústria de cruzeiros deverá movimentar quase R$ 4 bi na economia 31

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Orçamento é propaganda eleitoral contra Bolsonaro (Editorial) 32

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLITICA / ECONOMIA
ECONOMIA
Tendência da Selic é de estabilidade 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Lula descumpre promessa e faz campanha cheque em branco" sobre governo 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Brasil deverá ter mais de 500 mil milionários até 2026, diz estudo 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
País tem 8° maior inflação entre 20 principais economias 38

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA
Bolsonaro desfiou uma sucessão de mentiras na ONU (Editorial) 40

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA
Combate à inflação impõe desafios a bancos centrais no mundo todo (Editorial) 41

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Crise afetou mais gravemente quem vive no Nordeste 42

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Na contramão do exterior, Bolsa sobe 0,62% e dólar recua 0,25% 43

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Teto de gastos pode ficar se Lula ganhar, aposta Temer 44

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
Argentina quer entrar nos Brics 45

Correção da tabela do imposto de renda sai ou não sai? Principais candidatos são a favor, mas só Bolsonaro cita medida em propostas

Julia Wiltgen

A correção da tabela do imposto de renda , atualizada pela última vez em abril de 2015, está virando lenda para os trabalhadores e investidores brasileiros. Já ouvimos um bocado de promessas, mas, até agora, nada.

De lá para cá, a **inflação** oficial, medida pelo IPCA, foi de nada menos que 51,57%; e se em 2015 ficavam isentos todos aqueles que recebiam até 2,4 salários mínimos, agora a faixa de isenção abarca apenas quem recebe algo como 1,6 salário mínimo.

Naturalmente, o assunto volta à baila na época de eleições presidenciais. E todos os principais candidatos à presidência da República se colocam de alguma forma a favor da correção da tabela de imposto de renda.

Mas dos quatro candidatos mais bem colocados nas pesquisas, apenas o atual presidente, Jair Bolsonaro, cita a atualização da tabela do IR com clareza nas suas propostas de governo.

Também pudera: a medida já havia sido uma das suas principais bandeiras nas últimas eleições e integra a reforma do imposto de renda de autoria do ministério da Economia que tramita no Senado, a mesma da tributação dos dividendos. Mas ainda não vai ser neste mandato que essa parte da **reforma tributária** vai sair do papel.

Dando continuidade à nossa série de reportagens sobre as propostas e ideias dos principais candidatos à presidência da República que podem afetar diretamente os investidores pessoas físicas brasileiras, vamos hoje falar sobre o que eles pensam sobre a correção da tabela de imposto de renda e se podemos esperar que, finalmente, alguma atualização seja feita no próximo governo.

A primeira reportagem da série, publicada na última terça-feira (20), abordou a tributação de dividendos, medida sobre a qual todos os quatro principais candidatos concordam. Você pode ler a matéria completa aqui .

O que pensam os candidatos sobre a correção da tabela do imposto de renda

A tabela progressiva de IR é aquela que incide sobre salários, mas também sobre aluguéis, rendimentos recebidos do exterior (inclusive de investimentos), pro labore, aposentadorias e pensões.

Além de Bolsonaro, Lula e Ciro Gomes já se colocaram publicamente a favor de algum tipo de correção ou mudança na tabela de imposto de renda - algumas promessas, aliás, enchem os olhos.

Já Simone Tebet não se coloca contra a atualização, mas dá a entender que tal medida não seria uma prioridade em seu governo. Veja a seguir o que pensam os principais candidatos sobre o assunto:

Para estas eleições, o atual presidente insiste numa das suas principais bandeiras do pleito anterior, na esperança de que, num próximo mandato, a reforma do imposto de renda enviada pelo Executivo ao Congresso seja finalmente votada no Senado.

Em suas propostas de governo, o candidato do PL à reeleição cita nominalmente a correção da tabela do imposto de renda, no capítulo "Valores e princípios", e ainda amplia a sua ideia inicial:

"Como parte da **reforma tributária**, dentro dos compromissos de desoneração assumidos para a gestão 2019-2022 e dos princípios da responsabilidade fiscal, foi elaborada uma proposta de correção de 31% na tabela do Imposto de Renda (IR) para Pessoas Físicas, isentando todos os trabalhadores celetistas que recebessem até R$ 2,5 mil mensais. Para isso, em julho de 2021, o texto foi enviado ao Congresso Nacional e chegou a ser aprovado pela Câmara dos Deputados, mas não avançou no Senado. O governo reeleito de Jair Bolsonaro continuará perseguindo a efetivação dessa proposta e a ampliação da desoneração ao trabalhador. Sem a pandemia e com o crescimento econômico, com responsabilidade fiscal, será possível perseguir o objetivo de isentar os trabalhadores que recebam até cinco salários mínimos durante a gestão

2023-2026."

Atualmente, o texto parado no Senado prevê uma faixa de isenção para quem ganha até R$ 2.947,41 por mês, o equivalente a aproximadamente 2,3 salários mínimos, se considerado o valor de R$ 1.302 previsto no Orçamento de 2023.

Caso Bolsonaro vença e de fato consiga isentar quem ganha até cinco salários mínimos, isso significa que não pagariam IR mensal todos aqueles que recebem rendimentos sujeitos à tabela progressiva no valor de até R$ 6.510, considerando o mesmo valor de salário mínimo.

A tabela completa da proposta que tramita no Senado está como segue:

Para viabilizar a correção da tabela, o Ministério da Economia também se apoia na tributação de lucros e dividendos. Segundo o ministro Paulo Guedes, o valor arrecadado com a volta do tributo - a princípio só para quem ganha mais de R$ 400 mil por mês - financiaria não só o Auxílio Brasil de R$ 600, mas também o reajuste da tabela de IR e a ampliação da faixa de isenção para quem ganha até R$ 2,5 mil por mês.

Em entrevista à Rádio Super, de Minas Gerais, em meados de agosto, Lula prometeu reajustar a tabela do imposto de renda anualmente - medida, aliás, que também está incluída na reforma que tramita no Senado -, além de isentar do imposto quem ganha até R$ 5 mil por mês.

Tenho a ideia de que vamos ter que escolher uma faixa maior para a gente poder isentar de imposto de renda. Hoje, é R$ 1,9 mil que as pessoas estão isentas, é preciso que a gente discuta uma outra faixa. Fico pensando por volta de R$ 5 mil, ou seja, até lá as pessoas não precisariam pagar imposto de renda , afirmou, na ocasião.

Lula não cita diretamente a correção da tabela de imposto de renda no documento em que constam as suas propostas, apenas fala em "fazer os muito ricos pagarem imposto de renda" e na proposta de uma "**reforma tributária** solidária, justa e sustentável, que simplifique **tributos** e em que os pobres paguem menos e os ricos paguem mais", de forma a garantir a "progressividade tributária".

Ciro também não cita a correção da tabela de imposto de renda diretamente em suas propostas, mas fala em "maior progressividade no imposto de renda", com alíquotas maiores que 27,5% para os mais ricos e menores para quem ganha menos.

Em debate com outros presidenciáveis de centro no ano passado, por exemplo, Ciro defendeu uma faixa de tributação mais alta para quem ganha mais de R$ 1 milhão por mês.

Em agosto, quando fez uma apresentação na sede da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**), Ciro defendeu o retorno da antiga alíquota de 35%, que chegou a existir nos anos 1990, sobre os rendimentos mais altos, além da elevação da faixa de isenção do IR.

Simone Tebet também não fala claramente sobre a correção da tabela de imposto de renda em suas propostas e não tem se pronunciado diretamente a respeito.

Mas na sua sabatina no Jornal Nacional, a senadora e candidata pelo MDB chegou a dizer "a gente mexe na tabela de imposto de renda à medida que cobra essa taxa [o IR] de lucros e dividendos do ricos", ao defender a taxação de dividendos, o que seria a tal da "lei Robin Hood", mencionada na reportagem anterior.

Ainda assim, Tebet não parece focar tanto na atualização da tabela nas suas propostas de **reforma tributária**. Segundo reportagem do Estadão, a campanha da candidata diz que o reajuste não corrigiria as distorções de quem paga pouco ou nada de imposto em aplicações financeiras.

Além disso, a candidatura afirmou ao jornal, por meio de nota, que se é verdade que há o "congelamento" da tabela de IR desde 2015, por outro lado o limite atual, de cerca de R$ 1,9 mil, não é baixo para um país com renda per capita de R$ 1,4 mil.

"De acordo com a atual tabela, a maioria dos contribuintes não paga IR. São 10,7 milhões de declarantes na faixa de isenção, num universo de 40,3 milhões de declarantes (35,2%). O erro é achar que a pessoa passa de zero para 75% sobre tudo, mas não! A pessoa pagará 7,5% apenas sobre o que excede. No caso de 1,5 salários mínimos, será pago 7,5% apenas sobre R$ 38. Não são nem R$ 3 de imposto", diz a nota, em trecho publicado pelo jornal.

Notícias Relacionadas:

INDICES BOVESPA
Correção da tabela do imposto de renda sai ou não sai? Principais candidatos são a favor, mas só Bolsonaro cita medida em propostas

Site:
https://www.seudinheiro.com/2022/politica/correcao-da-tabela-do-imposto-de-renda-sai-ou-nao-sai-principais-candidatos-sao-a-favor-mas-so-bolsonaro-cita-medida-em-propostas-julw/

Arthur Lira volta a omitir bens em declaração à Justiça Eleitoral

Fazenda de Lira em Quipapá Danilo Verpa - 20.jul.22/Folhapress

Felipe Bãchtold são paulo

A declaração de bens entregue neste ano à Justiça Eleitoral pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deixa de listar direitos de posse que ele diz ter em uma fazenda em Pernambuco e também seu rebanho de gado de elite.

Lira informou neste pleito possuir um total de R$ 5,965 milhões em bens, um acréscimo de 170% sobre o declarado há quatro anos (R$ 2,2 milhões, corrigidos pela **inflação** do período).

Entre as suas propriedades listadas na documentação de candidatura estão seis fazendas no interior de Alagoas. Não consta na lista, porém, imóvel rural no município de Quipapá, em Pernambuco, pelo qual ele foi à Justiça argumentando ser o legítimo proprietário.

Conforme a Folha mostrou em agosto, essa propriedade, de 182 hectares, e alvo de disputa judicial do deputado com posseiros. O filho de um antigo morador do terreno, no qual funcionava uma usina de cana, pediu à Justiça o usucapião (direito sobre a propriedade devido à permanência prolongada).

A fazenda chegou a ser invadida por sem-terra em 2017 e já esteve na lista de desapropriação para reforma agrária do governo federal, mas a iniciativa acabou revista em 2016.

Para tentar provar que é dono da fazenda e que os posseiros não têm direito à permanência, advogados de Lira anexaram ao processo um compromisso de compra firmado em 2008 no valor de R$ 350 mil (R$ 793 mil em cifras corrigidas pela **inflação**). O contrato envolvia os direitos de herança e meação do antigo proprietário, que havia adquirido parte das terras da antiga usina.

Esses mesmos papéis haviam sido protocolados à Justiça pernambucana na época da invasão dos sem-terra, em um pedido de reintegração de posse.

A compra de direitos de herança é um tipo de transação na qual há uma espécie de reserva de bens que ainda estão pendentes de destinação em um inventário não finalizado na Justiça. Ainda que não signifique a propriedade definitiva do bem, esse tipo de gasto precisa ser informado ao se oficializar uma candidatura.

As informações sobre bens prestadas não são confirmadas pelas autoridades eleitorais. Há ainda certa resistência dos tribunais eleitorais de aplicar punições mais duras em decorrência da omissão de patrimônio nas declarações dos candidatos.

A Folha procurou Lira por meio de sua assessoria e enviou perguntas sobre a declaração de bens, mas não houve resposta.

Lira, principal aliado político do presidente Jair Bolsonaro (PL), é agropecuarista e tem histórico de atuação junto à bancada ruralista.

Outro tipo de propriedade que não aparece nas declarações de bens do deputado neste ano é o seu rebanho. Em 2015, em depoimento em inquérito derivado da Lava Jato, Lira declarou ter posse de 690 cabeças de gado. A última vez que o gado constou especificamente em sua declaração eleitoral de bens, porém, foi em 2006, quando afirmou possuir 240 animais.

No processo de usucapião em Pernambuco, o deputado também anexou laudos genéticos de animais para mostrar que cria gado na área rural contestada.

Em outra ação na Justiça, sobre um litígio em arrendamento de uma propriedade pelo deputado no município de Campo Alegre (a 80 km de Maceió), ele também anexou comprovantes de propriedade de dezenas de animais.

Lira costuma participar de leilões de gado de elite. Só em um desses eventos, promovido em 2019 em Maceió, constavam para venda 12 bovinos nelore puros de origem em nome do deputado.

Em participação em feira de uma associação do setor no ano passado, foi chamado por um dirigente de "um dos maiores criadores de [gado] nelore do Brasil".

Também há cavalos em seu nome em ranking de associação nacional de criadores de raça usada em evento s de vaquejada.

Nos anos 2000, a aquisição de gado por Lira foi investigada no âmbito da Operação Taturana, que a puro u desvios de dinheiro público na Assembleia alagoana.

Relatório da Polícia Federal de 2008 afirmou que o deputado lavou dinheiro desviado do Legislativo de Alagoas comprando terras e bois. Levantamento policial com empresas de leilões apontou que ele comprou em gado nobre e cavalos, de 2005 a 2008, R$ 1 milhão (R$ 2,2 milhões em valores corrigidos pela **inflação**).

Lira tem condenação por improbidade decorrente da Operação Taturana e foi alvo também de denúncia criminal.

Em agosto, reportagem da Folha mostrou documentos que apontam que o deputado alagoano deixou de declarar à Justiça Eleitoral em 2018 a aquisição dos direitos de outras duas fazendas no interior de Alagoas. Os registros mostram que o parlamentar desembolsou na época R$ 728 mil (R$ 955 mil em valores corrigidos).

As duas fazendas, chamadas de Paudarqueiro e Tapera, ficam no município de São Sebastião, a 120 km de Maceió. Na declaração de bens deste ano, as duas propriedades aparecem na lista, mas em valor bem inferior ao informado nos papéis do cartório. Foi declarada apenas "parte do pagamento" por esses imóveis, no valor de R$230 mil.

Os documentos finais concretizando a transação, datados do início deste ano, afirmam que os dois imóveis valem juntos R$ 690 mil. Nessas terras e na fazenda de Quipapá, há centenas de cabeças de gado, conforme constatou a reportagem quando esteve na região em julho.

Dentre o patrimônio declarado pelo deputado, R$ 1,1 milhão é relativo à empresado deputado, a D"Lira Agropecuária. Esse montante inclui as cotas da companhia, um empréstimo de R$ 756 mil à firma e uma quantia destinada a "aporte para aumento de capital".

O bem mais valioso declarado por Lira é uma casa no município de Barra de São Miguel, no litoral alagoano, onde seu pai, Benedito de Lira, é prefeito. O imóvel foi declarado à justiça Eleitoral por R$ 1,2 milhão.

O deputado tenta seu quarto mandato consecutivo na Câmara.

A reportagem procurou Lira, mas não houve resposta. Em contato realizado em julho, ele afirmou, sobre seu patrimônio, que adquiriu tudo "dentro da normalidade, com recursos provenientes de quase 40 anos de trabalho e investimentos corretos".

Também disse que uma simples consulta atesta a regularidade fiscal do deputado junto à **Receita Federal**.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50041

Irmãos Batista levam 'Conselhinho' à Justiça

Guilherme Pimenta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335

Liminares liberam negociação de débitos com a PGFN

Laura Ignacio De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335

Governo terá de anunciar novo corte de despesas a dez dias da eleição

Idiana Tomazelli Marianna Holanda

Duas semanas após editar um decreto para acelerar a liberação de R$ 5,6 bilhões a ministérios e parlamentares aliados, o governo Jair Bolsonaro (PL) está sendo obrigado a reavaliar essa medida e preparar um novo corte no Orçamento de 2022.

A tesourada será divulgada na quinta-feira (22), no relatório de avaliação de receitas e despesas do 4º bimestre. O anúncio ocorrerá a apenas dez dias do primeiro turno das eleições presidenciais, num momento em que o chefe do Executivo já é alvo de desgaste devido ao apagão em diversos programas na proposta de Orçamento de 2023.

Técnicos do governo ainda não chegaram ao valor exato do corte, que segue em discussão no âmbito da JEO (Junta de Execução Orçamentária) -formada pelos ministros Paulo Guedes (Economia) e Ciro Nogueira (Casa Civil). Mas eles já mapearam uma série de despesas obrigatórias cujo crescimento surpreendeu e está pressionando as demais áreas.

Apesar do impasse nos gastos, o governo segue colhendo bons resultados pelo lado da arrecadação. Pela primeira vez o relatório trará uma estimativa oficial de superávit primário nas contas do governo central (que reúne Previdência, Tesouro Nacional e Banco Central).

A projeção deve indicar um resultado positivo de cerca de R$ 13 bilhões -na revisão anterior, a estimativa era de déficit de R$ 59,5 bilhões. O dado indica que as receitas recolhidas pelo governo vão superar os gastos pela primeira vez desde 2013.

Segundo técnicos ouvidos pela Folha, o principal aumento detectado nas despesas vem da conta de benefícios previdenciários. A explicação é a redução da fila de espera do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Se por um lado a redução da fila é um alívio para os segurados, que só recebem os valores após a análise do requerimento de benefício pelo órgão, a queda dos pedidos significa uma fatura adicional para o governo. Até agora, a fila elevada acabava cumprindo um papel de contenção de despesas.

A fila teve seu pico em julho de 2019, com 2,34 milhões de requerimentos em análise, caiu gradualmente com a implementação de um bônus por tarefa extra dos servidores do **INSS**, mas voltou a subir no início de 2021 com a suspensão dessa gratificação.

Desde então, o estoque de requerimentos ficou estável num patamar entre 1,7 milhão e 1,8 milhão de pedidos até o fim de abril deste ano, quando o bônus foi recriado. A fila voltou a cair em maio e chegou a 1,46 milhão em julho, dado mais recente divulgado pelo governo.

Internamente, porém, o balanço dos técnicos mostra uma redução significativa desse estoque de pedidos para cerca de 1,1 milhão no fim de agosto.

Outras despesas obrigatórias também cresceram, como BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos de baixa renda e pessoas com deficiência, e seguro-desemprego.

Técnicos do governo estão debruçados sobre esses números para verificar se recursos foram poupados em outras áreas para amenizar o tamanho do esforço. O novo bloqueio é necessário por causa do teto de gastos, regra fiscal que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

Ainda que os principais candidatos à Presidência manifestem a intenção de mudar o formato do teto de gastos, ele ainda está em vigor e precisa ser cumprido pelo governo nas revisões do Orçamento -daí a necessidade do corte.

A expectativa dentro do governo, porém, é que "nem toda" a liberação feita há duas semanas seja perdida com a publicação do relatório -se isso se concretizar, o corte seria inferior aos R$ 5,6 bilhões.

Como mostrou a Folha, Bolsonaro editou um decreto que permitiu acelerar a liberação de emendas de relator, usadas como moeda de troca nas negociações com o Congresso Nacional, a menos de um mês das eleições.

O decreto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União na noite de 6 de setembro, véspera do feriado de Bicentenário da Independência.

Dos R$ 5,6 bilhões liberados, R$ 3,5 bilhões foram destinados à indicação dos parlamentares, num contexto em que o bloqueio das emendas vinha gerando insatisfação na cúpula do Congresso. O valor restante foi usado para aliviar a compressão sobre despesas discricionárias dos ministérios, que incluem custeio e investimentos.

Em meio ao vaivém na situação do Orçamento, técnicos não descartam a possibilidade de as emendas sofrerem novo bloqueio, embora avançar nesse sentido tenha o custo político de contrariar aliados que contam com essa verba para irrigar seus redutos eleitorais.

Essa instabilidade existe porque um decreto permitiu ao governo incorporar à execução orçamentária, de forma antecipada, os efeitos fiscais de medidas legais adotadas pelo governo, antes mesmo da elaboração de um novo relatório de avaliação do Orçamento.

Na prática, o Executivo conseguiu remanejar com agilidade o espaço fiscal criado após a manobra de Bolsonaro para cortar verba da ciência e cultura para desbloquear o Orçamento, movimento revelado pela Folha.

Em 29 de agosto, o presidente editou duas MPs (medidas provisórias), uma delas para limitar a R$ 5,6 bilhões os gastos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) em 2022.

Outra MP adiou os repasses das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, de auxílio à cultura em estados e municípios, e do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), aprovados pelo Congresso como resposta à crise causada pela pandemia de Covid-19 nesses setores.

Sem o decreto, as regras orçamentárias obrigavam o governo a aguardar a elaboração deste relatório que será divulgado em 22 de setembro.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50041

Novas projeções fiscais indicam primeiro superávit primário do país desde 2013

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335?page=1&section=1

2023: antigos problemas para novos governos (Artigo)

Roberto Folgueral

Em cerca de 100 dias, os novos governos enfrentarão diversos problemas. Entre eles, podemos citar o problema de maior impacto na sociedade: a **reforma tributária**.

Ao longo dos anos, o Brasil se notabilizou por realizar várias reformas tributárias, todas com o mesmo resultado: o aumento da carga tributária. É preciso entender que, em última análise, quem paga qualquer tipo de tributo, seja ele direto ou indireto, sobre a renda, produção, comércio ou serviço é o consumidor final.

É certo dizer que se aumentarem os **tributos** sobre empresas, essas os repassarão imediatamente para o custo de seus produtos, bens ou serviços, e assim aos seus preços de venda.

Além disso, entendo que as propostas de **reforma tributária** que tramitam em nossas casas legislativas contemplam aumento de carga tributária e aumento de obrigações acessórias, o que resultará em aumento ainda maior nos preços de venda e, assim, consequentemente, uma **inflação** de custos.

As pesquisas eleitorais indicam polarização. Analisando-se o programa de qualquer um dos candidatos, mais especificamente dos quatro primeiros, todos acenam com a possibilidade de tributar a distribuição de lucros ou dividendos e, de uma forma geral, nos demais itens, aumentar a carga dos bens e serviços comercializados em nosso Brasil.

Somente para exemplificação e obedecendo à polarização, comento as propostas dos dois candidatos que estão na ponta do certame, considerando que os demais em nada mudam no quesito aumento de carga tributária.

Lula

Em seu plano de governo, o ex-presidente indica criar um novo regime fiscal. Sinaliza uma simplificação de taxas (não uma redução), sugerindo uma redução para os brasileiros com menor "poder aquisitivo", sobretaxando os mais ricos.

Indica também uma elevação no teto de isenção do IRPF dos atuais R$ 1.903,98 para algo em torno de R$ 5.000. Aponta ainda o início da cobrança de **tributos** sobre a distribuição de lucros e dividendos, além da tributação de heranças.

Bolsonaro

Já o plano de governo do atual presidente indica que colocará em votação a reforma do IR, ou seja: tributar lucros e dividendos, para manutenção dos benefícios concedidos. Seguirá com a implementação de alterações estruturantes para a área econômica. Propõe a correção da tabela do IR para R$ 6.060.

Em rasa análise, entendemos que ambos os planos são iguais, com bases subjetivas, indicando um único vetor: o aumento da carga tributária. Uma triste realidade!

Roberto Folgueral, Vice-presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de São Paulo

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/09/2022/p1

"O que Lula precisa é de uma sintonia fina"

'Lula falou coisas certas, de fazer reformas', diz Meirelles

ADRIANA FERNANDES SÃO PAULO

ENTREVISTA: Henrique Meirelles, Presidente do BC nos oito anos do governo Lula, ministro da Fazenda de **Temer** e ex-secretário de Doria em São Paulo

Ministro da Fazenda no governo Michel **Temer** e presidente do Banco Central nos oito anos do governo Lula, Henrique Meirelles manifestou apoio à candidatura do petista na reta final das eleições.

Ao Estadão, Meirelles diz que Lula já está falando as "coisas certas", como a intenção de fazer as reformas administrativa e tributária, e que a responsabilidade fiscal vai prevalecer com ele novamente na Presidência da República.

"Coisas certíssimas. O que precisa é fazer a sintonia fina agora", disse ele, que insiste na necessidade de manutenção do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**, criada por ele e sua equipe no Ministério da Fazenda.

Meirelles não descarta integrar a equipe de Lula, se convidado, mas diz que agora não é o momento de discutir isso.

"Como eu disse e já dizia desde aquela época, eu não perco tempo decidindo sobre hipóteses.

Se ele ganhar a eleição e quiser conversar comigo, aí vamos conversar", afirma.

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Estadão depois da declaração de apoio de Meirelles à campanha de Lula.

Por que o sr. decidiu apoiar o ex-presidente Lula e o que vislumbra pela frente?

Eu me baseei na minha experiência concreta, trabalhando com ele durante os oito anos no primeiro e no segundo mandatos dele. Em primeiro lugar, fizemos um acordo na época de independência e autonomia do Banco Central. Ele cumpriu o acordo. Os resultados foram extremamente positivos. Durante esses oito anos, o Brasil cresceu uma média de 4% ao ano. O País criou quase 11 milhões de empregos. Mais de 40 milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza. Quando assumimos, encontrei um acordo com o Fundo Monetário Internacional.

O Brasil dependia da aprovação do fundo para adotar uma série de medidas, que o FMI determinava, em última análise, a política fiscal do País. Compreensível, porque o Brasil era devedor. Chegamos a sacar toda a linha (de empréstimo) para pagar compromissos.

As reservas internacionais, que eram de US$ 37 bilhões quando assumi, pagando todos os compromissos, chegou a US$ 15 bilhões. E começamos a fazer todo o trabalho. Foi tudo muito bem-sucedido.

Há poucos dias, o sr. alertou que flexibilizar o teto de gastos seria abrir uma porta para o descontrole.

O ex-presidente Lula já disse que vai revogar o teto.

Não é contraditório?

O que eu disse, e fui muito claro lá, foi que uma das razões era exatamente o fato de que ele (Lula) no primeiro mandato teve austeridade fiscal, entregou superávits primários etc. E a minha suposição é de que essa responsabilidade fiscal vai prevalecer.

Mas o ex-presidente fala abertamente em acabar com o teto, que o sr. criou...

Exatamente. Eu acho que é uma declaração equivocada. Já disse que ele está sendo mal assessorado nesse aspecto.

E o ex-presidente falou o que para o sr.?

Ele não fez comentários. Nós não chegamos a ter uma discussão direta para discutir política econômica. Não é o momento.

Inclusive, eu não gosto de ficar muito discutindo hipóteses.

Em 2002, eu recebi emissários e tal que me diziam para eu me preservar e não me candidatar na época. Eu tinha saído da presidência mundial do BankBoston e era candidato aqui para deputado federal. Eu disse a mesma coisa, que não trabalho sobre hipóteses. Fiz a minha campanha, me elegi como deputado federal pelo PSDB. Em dezembro de 2002, ele me convidou para ser presidente do BC. Nós acertamos as condições e aceitei. Nós evidentemente vamos conversar no devido tempo. Agora, eu resolvi fazer um movimento em que acredito que a responsabilidade e a realidade vão prevalecer.

O sr. vai participar de um eventual governo Lula?

Como eu disse e já dizia desde aquela época, eu não perco tempo decidindo sobre hipóteses.

Se ele ganhar a eleição e quiser conversar comigo, aí vamos conversar. Se não, tudo bem. Ou ele não ganhar ou ele não me convidar. O que eu quero dizer é o seguinte: frente uma coisa concreta eu vou parar para pensar e conversar.

O que é central na política econômica?

Ele (Lula) falou essa questão do teto, mas por outro lado falou coisas muito certas, de fazer a reforma administrativa e de fazer a **reforma tributária**. Ele está bem assessorado aí. É apenas uma questão de discutir isso com maior profundidade. Com uma reforma administrativa bem-feita, a tributária pode respeitar o teto e fazer programas sociais, investimentos em infraestrutura, e o País crescer muito ao mesmo tempo. Aliás, como fiz aqui em São Paulo.

O sr. vai precisar de um trabalho de convencimento do presidente Lula?

Ele já está falando coisas certas.

Da reforma administrativa, da **reforma tributária**. Coisas certíssimas. O que precisa é fazer a sintonia fina agora.

O sr. sempre enfrentou resistência dos economistas do PT no governo Lula.

É normal. Isso aconteceu quando eu estava no Banco Central.

É normal. Como já dizia Nelson Rodrigues, muito expressivo, toda unanimidade é burra.

Como o sr. vê a proposta de waiver (licença para gastar) que o PT e o governo Bolsonaro falam para financiar o Auxílio Brasil?

Eu não sei do que se trata. É uma coisa muito genérica e aberta.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Alckmin diz que voto útil é natural e pede pés no chão

Caio Sartori Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335?page=1&section=1

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Alckmin diz que voto útil é natural e pede pés no chão

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335?page=1&section=1

Eleições e reforma tributária (Artigo)

O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. E a tão esperada **reforma tributária**, que está em discussão no Congresso Nacional há tempos, para que o sistema tributário seja menos burocrático, mais transparente e transmita maior segurança aos negócios do País, parece ter sido adiada para o próximo governo.

Podemos dizer que é unanimidade que o sistema tributário brasileiro precisa passar por uma ampla reforma diante do atual caos tributário. Muito se fala sobre os projetos da **reforma tributária** que estão sendo articulados no ambiente econômico, legislativo e tributário, por várias fontes, sendo impossível prever qual texto vai ser aprovado.

No cenário atual, dada a probabilidade maior da vitória do Lula ou do Bolsonaro, que provavelmente devem seguir para o segundo turno, conforme apontam as pesquisas, acredito que as mudanças que dependerem do Congresso serão mais complexas.

Isso porque provavelmente o debate político e a divisão dos parlamentares continuarão muito nítidas, ficando difícil falar de um cenário de reformas profundas, já que ainda não há uma clareza de como vai ser a formação do Legislativo.

Particularmente, acredito que, na eventualidade de uma vitória do Lula ou do Bolsonaro, não teríamos melhorias concretas, pelo menos no curto e médio prazo, em relação à tributação e diminuição de **impostos**. Os dois candidatos têm campanhas e propostas sobre o tema, mas ambas dependeriam de uma movimentação robusta do Congresso -- e isso só se daria em um claro cenário de maioria de apoiadores. Diante disso, não acredito que haverá grandes mudanças em uma possível vitória de um dos dois candidatos.

No caso de uma terceira opção ganhar força, seja com Ciro Gomes, que segue mais as diretrizes da esquerda, ou Simone Tebet, que tem uma visão mais central, provavelmente teríamos mais chances de uma **reforma tributária** mais profunda, principalmente com os dois candidatos defendendo uma ampla reforma no consumo.

Penso que com a candidata Simone, por estar em um partido com bastante força política, como é o caso do MDB, além de o partido ter o deputado Baleia Rossi, um dos grandes fomentadores da reforma do Imposto sobre Bens e Serviços -- IBS, juntamente com a proposta do CCIF, com o deputado Luiz Carlos Hauly, haveria boas chances de uma **reforma tributária** ampla no consumo, até a curto prazo. O MDB provavelmente continuaria tendo uma bancada forte e, com certeza, com uma terceira via mais central, as chances de alianças políticas são maiores para se aprovar um projeto tão grande como a **reforma tributária**.

Analisando as probabilidades de mudança do cenário tributário brasileiro, isso só ocorreria com a terceira via ganhando força, o que até o momento não parece ser o caminho. Olhando para o cenário da maior probabilidade de uma vitória de Lula ou Bolsonaro, os planejamentos tributários para o ano que vem basicamente devem manter as mesmas diretrizes deste ano, considerando pelo varejo uma pacificação natural, pela anterioridade do Diferencial de Alíquota do ICMS-Difal, que começa a valer sem maiores questionamento a partir de 2023, e em geral acredito que será um planejamento tributário muito similar.

Vale lembrar que a reformulação tributária do País traz grandes benefícios, entre eles: menos custos para a produção, menos **impostos** injustos e regressivos em sua incidência, mais eficiência na hora de arrecadar e mais confiabilidade ao repartir e aplicar os recursos arrecadados.

A estagnação do projeto de **reforma tributária** impede a indústria brasileira de desenvolver todo o seu potencial. Afinal, ela é uma das principais formas de tornar o País mais produtivo, confiável e seguro, atraindo assim investimentos internos e externos.

* Economista e cofundador da Dootax

Meirelles já opera para reduzir aversão a Lula entre grandes investidores

Colunista do UOL

No dia seguinte à adesão à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles almoçou com diretores da XP e mais 20 investidores institucionais na sede da empresa, em São Paulo. No encontro, a portas fechadas, Meirelles saiu pela tangente daquela pergunta que estava na cabeça de quem faz preço na Bolsa brasileira.

Investidores institucionais são gestores que administram o capital de terceiros e representam 26% da participação de todo o capital investido na Bolsa brasileira -uma montanha de R$ 351 bilhões até o início de setembro, segundo o dado mais recente da B3.

Meirelles deixou claro que só vai discutir se embarca ou não em um novo governo depois de vencida a eleição e sob as suas próprias condições, conforme relato de um dos presentes. Ex-ministro de Michel **Temer** (2016-2018), onde pilotou a construção do teto de gastos, e ex-presidente do BC sob os governos de Lula (2003-2010), Meirelles disse que está bem na iniciativa privada.

Sem responder se vai ou não ser ministro, Meirelles afirmou que um novo governo do petista vai ser pautado por responsabilidade fiscal e que Lula tem dado indicações de que vai priorizar a reforma administrativa para equacionar a questão dos gastos na máquina pública e melhorar a capacidade financeira do Estado.

Na terça pela manhã, antes do almoço da XP, Meirelles deu entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo. Nela, o ex-ministro respondeu que o teto de gastos -uma criação de sua gestão no governo **Temer** que Lula prometeu acabar durante a campanha- pode coexistir com programas sociais, investimentos em infraestrutura e crescimento econômico.

Ele falou essa questão do teto, mas por outro lado ele falou coisas muito certas, de fazer a reforma administrativa e de fazer a **reforma tributária**. Isso está certo. Ele está bem assessorado aí. É apenas uma questão de discutir isso com maior profundidade. Com uma reforma administrativa bem feita, a tributária, pode respeitar o teto e fazer programas sociais, investimentos em infraestrutura e o país crescer muito ao mesmo tempo , disse Meirelles à repórter Adriana Fernandes.

Coisas certíssimas. O que precisa é fazer a sintonia fina agora , disse ele ao jornal. Em linhas gerais, esse foi o teor do endosso de Meirelles a Lula no almoço na XP.

Novamente filiado ao MDB, o ex-ministro contou que participou do ato de ex-presidenciáveis na segunda (19), após ter recebido telefonemas do candidato a vice, Geraldo Alckmin (PSB), e do coordenador do plano de governo, Aloizio Mercadante (PT).

E, num grupo de grandes investidores, ambiente onde estava à vontade, disse que sua aproximação com o PT na reta final da campanha foi bem recebida pelo pedaço do **PIB** com quem tem interlocução.

Meirelles sabe que seu endosso a Lula agora ajuda a minar resistências em setores da indústria financeira no seu final -especialmente para quem olha de fora (gringos detêm 52% do capital investido na B3).

Uma das coisas mais enganosas sobre a vitalidade de um mercado costumam ser os movimentos de curto prazo nos ativos de renda variável .

Ninguém sério aposta em uma alta taxa de conversão de Faria Limers (majoritariamente pró-Bolsonaro) em Faria Lulers, mas, desde a foto com Lula e as conversas com grandes gestores, Meirelles parece estar fazendo preço.

Da abertura do pregão de segunda ao fechamento de terça, o Ibovespa avançou 3.848 pontos. As altas de 2,33% na segunda e de 0,62% na terça ocorreram descoladas do Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq, que operam no vermelho, à espera da decisão sobre juros americanos.

Site: https://economia.uol.com.br/colunas/graciliano-rocha/2022/09/21/meirelles-ja-opera-para-reduzir-aversao-a-lula-entre-grandes-investidores.htm

ONU prevê onda de insatisfação

Durante a abertura da 77ª Assembleia Geral, em Nova York, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, advertiu os líderes mundiais sobre uma "tempestade perfeita" que se anuncia no horizonte e previu um "inverno de protestos". O diplomata português elencou, como os principais desafios da humanidade, a guerra na Ucrânia, as catástrofes climáticas e a insegurança alimentar.

"A crise do poder aquisitivo se deflagra, a confiança desmorona, as desigualdades disparam, nosso planeta queima e o povo sofre, sobretudo, os mais vulneráveis", declarou. Apesar disso, ele lamentou que "estamos bloqueados por uma disfunção global colossal". "Essas crises ameaçam o próprio futuro da humanidade e o destino do planeta. (...) Não tenhamos ilusões. Estamos em um mar agitado. Um inverno de descontentamento se anuncia no horizonte", insistiu Guterres.

O secretário-geral fez um longo discurso calcado no pessimismo sobre o futuro da Terra. Reconheceu sua impotência diante das "divisões políticas que minam o trabalho do Conselho de Segurança, o direito internacional, a confiança e a fé das pessoas nas instituições democráticas". "Não podemos continuar assim", acrescentou, ao defender "uma ação coordenada ancorada no respeito do direito internacional e na proteção dos direitos humanos".

Ao abordar a questão das mudanças climáticas, avaliou que as nações deveriam criar **impostos** inesperados para punir empresas que exploram os combustíveis fósseis e desviar o dinheiro para os países mais vulneráveis às perdas por conta do aquecimento global.

Chile e Colômbia

No primeiro dia da Assembleia Geral, estrearam na tribuna os presidentes Gabriel Boric (Chile) e Gustavo Petro (Colômbia). Boric apostou na nova Constituição e minimizou a rejeição a um projeto da Carta Magna, durante plebiscito em 4 de setembro. "Alguns viram (a derrota da proposta) como um revés para o governo. Mas um governo nunca pode se sentir derrotado quando seu povo fala", disse, ao admitir que o seu país vive "um intenso processo político".

Por sua vez, Petro criticou a invasão da Rússia à Ucrânia e pediu para que outros países parem de investir na guerra contra as drogas. "Não afete a beleza de meu país com seu veneno", disse, ressaltando a importância da Floresta Amazônica para o país. "Peço à minha querida América Latina que pare com a guerra irracional contra as drogas", afirmou o colombiano, que defendeu que não é preciso de uma guerra para diminuir o consumo de drogas e criar uma sociedade melhor.

Dossiê cita crimes na Venezuela

Os serviços de inteligência da Venezuela cometem crimes contra a humanidade sob ordens das esferas mais elevadas do governo para reprimir a oposição, afirmou a ONU em relatório divulgado ontem. "Esse plano foi orquestrado no nível político mais alto, liderado pelo presidente Nicolas Maduro", ressaltou Marta Valiñas, presidente da Missão Internacional Independente da ONU sobre a Venezuela. "Nossas investigações e análises mostram que o Estado venezuelano usa os serviços de inteligência e seus agentes para reprimir a dissidência no país. Isso leva à prática de crimes graves e violações de direitos humanos, incluindo atos de tortura e violência sexual", denunciou Marta.

Lição básica para o desenvolvimento (Editorial)

Correio Braziliense

O Brasil está hoje diante de um desafio que vai além da escolha do próximo presidente da República e governadores e que implica, independentemente dos escolhidos, dar prioridade total para a educação em todos os aspectos, da massificação do ensino básico ao investimento em infraestrutura adequada e na valorização e qualificação do corpo docente. O descaso com a formação dos cidadãos vai custar caro ao país. E os efeitos do impacto negativo da má qualidade na formação educacional já se fazem sentir.

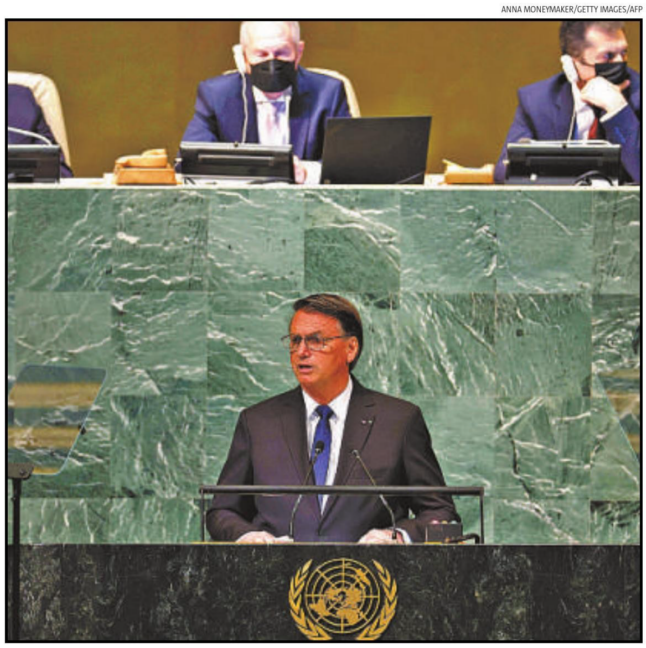
Dados recentes mostram um quadro preocupante e que não pode ser justificado pela pandemia de covid-19, sob pena de não se observar o que precisa ser corrigido e aprimorado na educação pública brasileira, que sofre com carências na base e a miopia nas diretrizes das autoridades. O Censo Escolar da Educação Básica mostra que o total de matrículas de jovens no ensino médio caiu 5,3%, enquanto o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) revelou, por aplicação de provas, que, em 2021, mais do que dobrou o percentual de alunos do 2º ano do ensino fundamental que não sabem ler nem escrever. Mais: 22% dessas crianças não conseguem fazer operações como soma e subtração.

A gravidade do quadro educacional fica ainda mais evidente com o alerta feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) de que é urgente priorizar a educação no Brasil, onde uma pesquisa encomendada ao Ipec (antigo Ibope) mostra que há 2 milhões de crianças e jovens, entre 11 e 19 anos, que deixaram a escola sem terminar a educação básica. Eles somam 11% da população nessa faixa etária. Outro fator que aponta para um quadro crítico é o fato de a qualidade do ensino fundamental e médio ter estagnado na pandemia.

O que se vê hoje, lamentavelmente, é uma geração de jovens de menor poder aquisitivo e que dependem do ensino público, tendo formação precária e que compromete a capacidade futura de desenvolver atividades exigidas pelo mercado de trabalho. E isso poderá ocorrer em menos de uma década para os jovens do ensino médio e um pouco mais de tempo para os que cursam os anos básicos O impacto desse atraso educacional é sentido no mundo produtivo. Um estudo do ManpowerGroup mostrou que a falta de mão de obra qualificada no país chegou à marca de 81%, contra uma média mundial de 75%. Pesquisa feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para detectar as prioridades dos empresários em relação ao próximo governo mostra que educação é a prioridade para 34%, enquanto crescimento econômico (20%), redução de **impostos** (14%) e geração de emprego (12%) ficaram bem atrás.

Para reforçar a necessidade urgente de o país priorizar a educação, basta lembrar o exemplo da Coreia do Sul que, com rigor educacional, investimentos em educação e 100% da população alfabetizada, saltou da condição de subdesenvolvido no início dos anos 1990 para uma potência econômica mundial atualmente. Ou o Brasil garante escola de qualidade para todas as crianças e jovens, ou não chegará ao patamar de nação desenvolvida.

"Extirpamos a corrupção sistêmica que existia no país"


ANNA MONEYMAKER/GETTY IMAGES/AFP

Luana Pedra

O presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição em outubro, usou boa parte do seu discurso de cerca de 20 minutos, na 77- Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, para falar das ações do seu governo. Ele disse que "extirpou" a corrupção no Brasil. "No meu governo, extirpamos a corrupção sistêmica que existia no país. Somente entre 2003 e 2015, quando a esquerda presidiu o Brasil, o endividamento da Petrobras por má gestão, loteamento político e desvios chegou à casa dos US$ 170 bilhões", disse. O chefe do Executivo também fez referência ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seu principal adversário na corrida pelo Palácio do Planalto, mesmo sem citá-lo diretamente. "O responsável por isso foi condenado em três instâncias por unanimidade. Delatores devolveram US$ 1 bilhão e pagamos para a bolsa americana outro bilhão por perdas de seus acionistas", declarou.

Bolsonaro iniciou seu discurso falando da pandemia de COVID-19 e como foi a atuação do governo, segundo ele, no combate ao novo coronavírus. "Quando o Brasil se manifesta sobre a agenda da saúde pública, fazemos isso com a autoridade de um governo que, durante a pandemia da COVID-19, não poupou esforços para salvar vidas e preservar empregos", disse. Ele não mencionou, no entanto, que quase 700 mil pessoas morreram em decorrência da doença.

Ele também exaltou a escolha que fez para "preservar" a economia durante a pandemia. Disse que, "desde a primeira hora", garantiu auxílio financeiro para os mais necessitados. "Como tantos outros países, concentramos nossa atenção, desde a primeira hora, em garantir um auxílio financeiro emergencial aos mais necessitados. O nosso objetivo foi proteger a renda das famílias para que elas conseguissem enfrentar as dificuldades econômicas decorrentes da pandemia. Beneficiamos mais de 68 milhões de pessoas, o equivalente a um terço da nossa população", afirmou.

Bolsonaro ressaltou o Auxílio Brasil, antigo Bolsa-Família. "O Auxílio Brasil, programa de renda mínima criado pelo meu governo durante a pandemia, que atende 20 milhões de famílias, faz pagamentos de quase US$ 4 por dia às mesmas. O desemprego caiu 5 pontos percentuais, chegando a 9,1%, taxa que não se via há 7 anos. Reduzimos a **inflação**, com estimativa de 6% no corrente ano", emendou.

O presidente citou ainda o programa federal de imunização durante o período pandêmico. Afirmou que 80% da população brasileira está vacinada contra o coronavírus da COVID-19 e que a vacinação foi voluntária. "Em paralelo, lançamos amplo programa de imunização, inclusive com produção doméstica de vacinas. Somos uma nação com 210 milhões de habitantes e já temos mais de 80% da população vacinada contra a COVID-19. Todos foram vacinados de forma voluntária, respeitando a liberdade individual de cada um", declarou. Bolsonaro não comentou o atraso na chegada das vacinas ao Brasil devido à demora do governo em comprar os medicamentos.

ECONOMIA Ele declarou que a economia brasileira está em plena recuperação e que a oferta de empregos está em alta. E que a pobreza no país e no mundo aumentou por causa da pandemia, mas que, no Brasil, começou a "cair de forma acentuada". "Apesar da crise mundial, o Brasil chega ao final de 2022 com uma economia em plena recuperação. Temos emprego em alta e **inflação** em baixa. A economia voltou a crescer. A pobreza aumentou em todo o mundo sob o impacto da pandemia. No Brasil, ela já começou a cair de forma acentuada. Os

números falam por si só. A estimativa é de que, no final de 2022,4% das famílias brasileiras estejam vivendo abaixo da linha da pobreza extrema. Em 2019, eram 5,1%. Isso representa uma queda de mais de 20%", afirmou.

O chefe do Executivo falou também sobre a redução no preço dos combustíveis no Brasil. Destacou a deflação nos dois últimos meses e disse que os valores mais baixos da gasolina e da energia elétrica foram parte de uma política de racionalização, e não de "tabelamento de preços". "Tenho a satisfação de anunciar que tivemos deflação inédita no Brasil nos meses de julho e agosto. Desde junho, o preço da gasolina caiu mais de 30%. Hoje, um litro no Brasil custa cerca de US$ 0,90. O preço da energia elétrica também teve uma queda de mais de 15%. Quero ressaltar que o custo da energia não caiu por causa de tabelamento de preços ou qualquer outro tipo de intervenção estatal. Foi resultado de uma política de racionalização de **impostos** formulada e implementada com o apoio do Congresso Nacional", disse.

MULHERES Bolsonaro dedicou parte do seu discurso para falar de ações pelas mulheres. "Quero também destacar aqui a prioridade que temos atribuído à proteção das mulheres. Nosso esforço em sancionar mais de 70 normas legais sobre o tema desde o início de meu governo, em 2019, é prova cabal desse compromisso. Combatemos a violência contra as mulheres com todo o rigor. Isso é parte da nossa prioridade mais ampla de garantir segurança pública a todos os brasileiros. Os resultados aparecem: queda de 7,7% no número de feminicídios e diminuição de homicídios. Em 2017, eram 30 mortes por 100 mil habitantes. Agora, são 19", disse. Ele destacou ainda que houve redução na violência no campo por meio do assentamento de terras.

Referência a "imbrochável" e pauta de costumes

Depois do discurso na Assembleia-Geral das Nações Unidas, o presidente Jair Bolsonaro se reuniu com cerca de 250 apoiadores em uma churrascaria brasileira em Manhattan, Nova York. Ele estava acompanhado por ministros. No restaurante, voltou a falar que é "imbrochável" e repetiu sua pautas de costumes, como proibição do aborto e da ideologia de gênero. "O Brasil é um país laico, mas eu sou cristão e ponto. Então, a gente não aceita discutir essa questão de aborto; pra nós é uma questão que a gente tem que respeitar desde a concepção", disse.

"Não vamos falar em liberação de drogas, nós sabemos onde alguns países ou estados foram com essa tal liberação. A questão de que cada um faz o que bem entender com a sua vida, aí não temos nada no tocante a isso. Mas não vamos admitir ideologia de gênero para criancinha de 5 anos", emendou.

Na conversa com ministros e apoiadores, Bolsonaro também disse que não errou durante a pandemia de COVID-19 e fez piadas com nordestinos presentes à mesa. "Aposto que tem muito cabra da peste aqui. Que sabe dar valor a uma água. Não vou dizer que estamos em um paraíso, se bem que lá é a terra prometida. Mas, comparado com os demais países do mundo, nós vamos muito bem. Graças a... me desculpe, além de imbrochável eu sou outras coisas também", afirmou.

Além dos apoiadores do presidente, que vieram de todas as partes dos Estados Unidos, estavam os ministros Fábio Faria (Comunicações), Carlos Alberto Franco França (Relações Exteriores), Joaquim Leite (Meio Ambiente), Ciro Nogueira (Casa Civil) e o almirante Flávio Rocha (chefe da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos-SAe). Fabio Wajngarten, chefe de comunicação da campanha do presidente, também marcou presença no local, assim como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o pastor Silas Malafaia e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

"Somente entre 2003 e2015, quando a esquerda presidiu o Brasil, o endividamento da Petrobras por má gestão, loteamento político e desvios chegou à casa dos US$ 170 bilhões. O responsável por isso foi condenado em três instâncias por unanimidade"

"O Auxílio Brasil, programa de renda mínima criado pelo meu governo durante a pandemia, que atende 20 milhões de famílias, faz pagamentos de quase US$ 4 por dia às mesmas. O desemprego caiu 5 pontos percentuais, chegando a9,1%, taxa que não se via há sete anos. Reduzimos a **inflação**, com estimativa de 6% no corrente ano"

Jair Bolsonaro, presidente da República, em discurso na ONU

Crítica às sanções contra a guerra

A guerra na Ucrânia também foi abordada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) em seu discurso na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas. Ele disse ser contra as sanções econômicas impostas à Rússia pelos Estados Unidos e demais países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). O chefe do Executivo lembrou que o conflito se estende por sete meses e "gera apreensão não apenas na Europa, mas em todo o mundo". Bolsonaro agradeceu aos países que ajudaram na evacuação de brasileiros que se encontravam na Ucrânia no início da guerra, como Eslováquia, Hungria, Polônia, Romênia e

República Tcheca. "A operação foi exitosa. Não deixamos ninguém para trás, nem mesmo seus animais de estimação", declarou.

Sobre a guerra, afirmou que "o Brasil tem se pautado pelos princípios do direito internacional e da Carta da ONU" e que defende "um cessar-fogo imediato, a proteção de civis e não combatentes, a preservação da infraestrutura crítica para assistência à população e a manutenção de todos os canais de diálogo entre as partes em conflito".

O chefe do Executivo completou ainda ser "contra o isolamento diplomático e econômico". "Esses são os primeiros passos para alcançarmos uma solução que seja duradoura e sustentável. Temos trabalhado nessa direção. Nas Nações Unidas e em outros foros, temos tentado evitar o bloqueio dos canais de diálogo, causado pela polarização em torno do conflito. É nesse sentido que somos contra o isolamento diplomático e econômico".

E justificou: "As consequências do conflito já se fazem sentir nos preços mundiais de alimentos, de combustíveis e de outros insumos. Esses impactos nos colocam todos na contramão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Países que se apresentavam como líderes da economia de baixo carbono agora passaram a usar fontes sujas de energia. Isso configura um grave retrocesso para o meio ambiente".

Em aceno à Rússia, Bolsonaro disse também que tais medidas "têm prejudicado a retomada da economia e afetado direitos humanos de populações vulneráveis". "Apoiamos todos os esforços para reduzir os impactos econômicos desta crise. Mas não acreditamos que o melhor caminho seja a adoção de sanções unilaterais e seletivas, contrárias ao direito internacional. Essas medidas têm prejudicado a retomada da economia e afetado direitos humanos de populações vulneráveis, inclusive em países da própria Europa."

Bolsonaro aproveitou para fazer um apelo de diálogo aos países envolvidos. "A solução para o conflito na Ucrânia será alcançada somente pela negociação e pelo diálogo. Faço aqui um apelo às partes, bem como a toda a comunidade internacional: não deixem escapar nenhuma oportunidade de pôr fim ao conflito e de garantir a paz. A estabilidade, a segurança e a prosperidade da humanidade correm sério risco se o conflito continuar."

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/09/2022/p1

Gás de cozinha fica mais caro após Petrobras cortar preços na refinaria

Nicola Pamplona

A Petrobras cortou em 4,7% o preço do gás de cozinha vendido por suas refinarias na última segunda-feira (12), mas o preço do botijão nas revendas subiu durante a semana, de acordo com a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

A alta foi de 1,2%, com o botijão de 13 quilos, mais usado por residências, passando de R$ 111,91 para R$ 113,25, na média nacional. Foi a terceira semana consecutiva de alta, embora os percentuais tenham sido bem menores nas semanas anteriores.

A evolução na semana passada contradiz previsão da Petrobras, que calculava uma redução média de R$ 2,60 por botijão. Os revendedores do produto alegam que precisaram iniciar repasses do reajuste salarial de seus trabalhadores.

As empresas e os sindicatos ainda negociam o percentual de reajuste, mas a Abragás, entidade que reúne sindicatos de revendedores, diz que o repasse já foi feito porque a data-base da categoria é o dia 1º de setembro.

O presidente da entidade, José Luiz Rocha, alega que os valores devem ser pagos de forma retroativa quando as negociações não se concluem no mês do dissídio e, por isso, os revendedores já estão incluindo o aumento de custo em seus preços.

Os trabalhadores pedem reposição da **inflação** pelo INPC mais 2,3% por perdas anteriores em salários de empregados que recebem acima do piso. Na última reunião, as empresas distribuidoras apresentaram proposta de reajuste de 8,83%, que reflete a variação de 12 meses do INPC.

Logo após o anúncio do corte nas refinarias, a Abragás divulgou nota dizendo que "possivelmente os consumidores não perceberão redução nos preços, devido ao aumento repassado pelas distribuidoras referente ao dissídio e custo outros custos operacionais do segmento".

Já o Sindigás, sindicato que representa o segmento de distribuição, diz apenas que os preços "são livres em todos os elos da cadeia e suscetíveis às variações do mercado".

"É recomendado aos consumidores que façam sempre uma pesquisa antes de efetuar a compra, de forma a buscar a melhor combinação de oferta de serviço e preço sempre tendo em conta sua relação de confiança com sua marca e revenda de preferência", afirma.

A alta no preço do botijão frustra expectativa do governo, que vem usando a queda dos preços dos combustíveis como um trunfo na campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Diferentemente de gasolina, etanol e, em menor intensidade, o diesel, o gás de cozinha não teve grande redução de preço após ofensiva do governo para cortar **impostos** sobre os combustíveis, já que os **tributos** federais sobre o produto foram zerados em 2020.

Desde os picos atingidos na última semana de junho, gasolina e diesel já ficaram 32,1% e 9,6% mais baratos, respectivamente. O preço médio do etanol hidratado caiu 29,5% no mesmo período. Já o preço do botijão de 13 quilos ficou oscilando em torno dos R$ 112.

No fim de 2021, o governo aprovou um programa de subsídio a consumidores de baixa renda, batizado de Auxílio-Gás, mas a queda nas vendas de botijões sinaliza que o benefício não vinha sendo utilizado apenas para a compra de botijões.

No primeiro semestre, as vendas de botijões de 13 quilos registraram queda de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume vendido é menor do que o registrado em 2019, antes da pandemia.

Em agosto, o governo ampliou o valor do subsídio, de 50% para 100% do preço de um botijão. O valor é

pago a cada dois meses a cerca de 5,7 milhões de famílias.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50041

Evolução do preço do gás de cozinha

Em R$ por botijão de 13kg, corrigido pelo IPCA

Fonte: ANP e Petrobras

Guedes pode ter violado lei ao exaltar Bolsonaro, afirmam especialistas

Paulo Guedes (Economia) e Jair Bolsonaro durante evento em junho Evaristo Sá - 27.jun.22/AFP

Thiago Bethônico

Às vésperas da disputa presidencial, o ministro da Economia, Paulo Guedes, assumiu o papel de cabo eleitoral de Jair Bolsonaro (PL) atacando adversários, fazendo promessas para um novo mandato e exaltando os feitos de sua gestão.

Embora a atuação em campanha não seja proibida, especialistas avaliam que o chefe da equipe econômica pode ter violado a lei eleitoral e praticado ato de improbidade administrativa ao usar da estrutura estatal e de sua posição no governo para favorecer o candidato à reeleição.

Desde que afirmou que seguirá no cargo num eventual segundo mandato de Bolsonaro, Guedes elevou o tom de campanha em eventos e encontros com empresários. Nas últimas semanas, além de associar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao "capeta", o ministro prometeu rever o corte de verbas no Farmácia Popular, zerar o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e manter o Auxilio Brasil em R$ 600.

Na quinta-feira (15), Guedes ainda usou a Voz do Brasil -programa estatal de transmissão obrigatória- durante 24 minutos para atacar gestões anteriores e dizer que a economia do país está crescendo, gerando empregos e atraindo investimentos.

Volgane Carvalho, secretário-geral da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), diz que desacreditar adversários e fazer promessas é do jogo político; o problema é quando há uso de recursos públicos para potencializar a força e o alcance da campanha.

A entrevista para a Voz do Brasil, por exemplo, ele considera uma clara irregularidade, já que Guedes se valeu da condição de ministro de Estado para ter acesso ao veículo -oportunidade que os adversários de Bolsonaro não terão.

"É um programa obrigatório, repetido por todas as rádios do país. Você está forçando a exibição daquela entrevista por todas as emissoras do Brasil. Temos nitidamente algo que desequilibra indevidamente a disputa eleitoral, o que configuraria abuso de poder político", afirma.

É o que também pensa Wallace Corbo, professor da FGV Direito Rio. Ele lembra que a legislação proíbe a publicidade de atos do governo nos três meses que antecedem a eleição. Por isso, o uso de uma estrutura pública como a Voz do Brasil para exaltar o desempenho da economia é uma violação.

"É claramente um abuso de poder político e um ilícito eleitoral passível de multa ou eventualmente da cassação da chapa que se beneficiou", diz.

O episódio pode ser enquadrado no artigo 73 da lei eleitoral, que versa sobre as condutas que afetam a igualdade de oportunidades entre candidatos. Segundo Corbo, transgressões a este dispositivo ainda configuram atos de improbidade administrativa pelo uso da máquina pública -o que se aplica tanto para Guedes quanto para Bolsonaro.

Marcelo Weick, professor da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e advogado eleitoral, também vê margem para uma discussão sobre improbidade, considerando violação aos princípios da impessoalidade e da moralidade. "Mas não é uma discussão eleitoral. Competiria ao Ministério Público questionar isso na Justiça Federal", afirma.

Weick avalia que o chefe da equipe econômica está usando a estrutura estatal e de eventos governamentais para fazer discurso de campanha, embora não fale diretamente em pedir votos. No episódio da Voz do Brasil, ele ainda diz que pode configurar outro ilícito eleitoral, referente ao uso

indevido dos meios de comunicação social.

Procurado no fim da tarde desta segunda (19), o Ministério da Economia disse que não comentaria.

Na avaliação dos especialistas, a participação de Guedes exaltando o governo Bolsonaro nos programas estatais é um caso mais claro de infração à lei. No entanto, a presença do ministro em eventos recentes com empresários, nos quais fez ataques a Lula e promessas para um novo mandato, também pode ocorrer em abuso de poder político.

"Nesses episódios vamos ter um dissenso maior. Não são exatamente eventos oficiais, embora ele [Guedes] estivesse falando como representante do governo", diz Volgane Carvalho, da Abradep.

Nesta segunda-feira (19), Guedes participou virtualmente do 7º Congresso Brasileiro da Indústria de Máquinas e Equipamentos, onde exaltou o desempenho da economia brasileira e chamou de militantes aqueles que fazem projeções negativas para o próximo ano.

O ministro também repetiu a promessa de zerar o IPI num novo mandato e disse que, após 30 anos, o país está mudando o eixo da economia, sem mencionar questões como o aumento da fome e a queda da renda do trabalho ao longo da pandemia. "Já estamos no caminho da prosperidade, basta não fazer besteira e votar corretamente", disse.

Corbo, da FGV, diz que a legislação não proíbe esse tipo de fala em espaços privados, mas o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) entende que pode existir um eventual abuso de poder político sempre que o agente público se vale da sua condição funcional para beneficiar um candidato.

No entanto, ele destaca que nem toda declaração de um ministro é sinônimo de campanha eleitoral, já que trata-se de uma figura que participa efetivamente do debate político.

"O que é preciso ter em vista é se a fala do ministro Paulo Guedes em alguns espaços gera ou não um desequilíbrio de paridade nas eleições. Se chegar à conclusão de que ele tem acesso privilegiado a espaços de obtenção de apoio político que outros agentes não têm [...] pode sim ter a configuração de um abuso de poder político", diz. "A questão é acesso. O direito eleitoral se preocupa com igualdade de condições para disputar as eleições", acrescenta.

Jaime Barreiros Neto, professor da faculdade de Direito da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e analista judiciário do TRE da Bahia, diz que todo cidadão pode manifestar seu apreço ou desapreço por qualquer candidato -inclusive ministros de Estado.

É permitido usar a própria rede social para fazer campanha, participar de comícios e até pedir voto diretamente. O que não pode, ele diz, é usar a máquina pública para essa finalidade, usando a conta de um ministério no Twitter ou um pronunciamento oficial, por exemplo.

Segundo Neto, convites para eventos particulares onde a autoridade só é convidada porque ocupa determinado cargo entram numa zona mais difícil de definir se se trata de violação ou não. O mesmo vale para declarações que exaltam os feitos do governo.

"A lei não é muito clara em relação a isso. Vai muito da interpretação do TSE", diz. "Fica uma situação meio cinzenta, mas a tendência maior é entender que a autoridade está dentro da sua liberdade", acrescenta.

ATUAÇÃO ELEITORAL DE PAULO GUEDES

Uso da estrutura estatal

A poucos dias das eleições, o ministro usou a estrutura estatal de rádio e TV para exaltar o desempenho da economia. Em 24 minutos de entrevista ao programa Voz do Brasil, Guedes disse que o país está crescendo, gerando empregos e atraindo investimentos. O programa é de transmissão obrigatória para rádios de todo o Brasil e também foi veiculado pela estatal TV Brasil, que exibiu a entrevista em vídeo, acompanhada de frases como "Brasil retoma crescimento econômico e empregos" e "Desde pandemia, 17 milhões de empregos criados".

Ataque a adversários

Em palestra a empresários na ACRJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro), o chefe da equipe econômica associou Lula ao "capeta", repetindo o termo que Bolsonaro usou no dia anterior para atacar seu adversário. Durante o evento, em que foi convidado como ministro de Estado, Guedes também criticou "excessos" do Poder Judiciário.

Promessa de manter o Auxílio Brasil

No evento na ACRJ, Guedes também afirmou que o país tem condições de manter o Auxílio Brasil em R$ 600 num eventual segundo mandato de Bolsonaro. Antes do envio da proposta de Orçamento de 2023, que colocou o governo na linha de tiro por cortes em programas sociais, o titular da pasta adotava um discurso mais moderado em relação ao auxílio.

Zerar IPI

No início de setembro, Guedes disse em evento da Associação Comercial de São Paulo que o plano para um segundo mandato é acabar de vez com o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), além de levar Amazon e Tesla para Manaus. O ministro também falou sobre planos de privatização e redução de **impostos**, o que foi recebido com entusiasmo pelo público.

Reverter cortes no Farmácia Popular

Guedes também indicou que o governo pode anunciar, no dia seguinte à eleição, uma medida para reverter o corte de 50% das verbas da Farmácia Popular que consta na proposta de Orçamento enviada ao Congresso. Diante da repercussão negativa, o ministro saiu a campo e disse que Bolsonaro fará uma recomposição dos recursos da Saúde por meio de mensagem presidencial.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50041

Veja o que pensam candidatos sobre temas ligados a racismo

Tayguara Ribeiro, repórter da Folha, em série de sabatinas com representantes dos candidatos Marcelo Tchello/Folhapress

Nilma Gomes, representante de Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Ivaldo Paixão, representante de Ciro Gomes (PDT)

Nestor Neto, representante de Simone Tebet (MDB)

Representantes das campanhas dos postulantes à Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) contaram, durante sabatinas promovidas pela Folha na última semana, o que os candidatos pensam sobre alguns temas relacionados ao racismo e à vida em geral da população negra.

Porta-voz de Lula, a ex-ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (2015-2016) Nilma Gomes afirmou que Lula quer implementar políticas públicas pensando nos recortes de raça e gênero.

Nilma também defendeu que empresas privadas que busquem ter mais diversidade tenham algum tipo de incentivo do governo. Ela foi sabatinada na terça-feira (13).

No dia seguinte, Nestor Neto, presidente nacional do MDB Afro e candidato a deputado federal pela Bahia, membro da campanha de Tebet, disse que as políticas que a senadora pretende implementar na segurança pública, notadamente o combate ao encarceramento em massa -67,5% dos 820 mil encarcerados do Brasil são negros, de acordo com o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado neste ano-, beneficiariam a população negra.

Medidas contra o desemprego também teriam impacto maior sobre o grupo, já que é o que mais afetado pelo problema. "Se a proposta está pautada nesses temas, evidentemente o governo dela será lastreado em políticas voltadas aos negros", disse.

No mesmo dia, a Folha também recebeu Ivaldo Paixão, representando a campanha de Ciro Gomes.

Presidente nacional do movimento negro do PDT, ele afirmou que Ciro deve mexer na Lei de Drogas, o que acarretaria numa diminuição no número de negros presos e mortos. O grupo é a maior vítima da violência no país e representa 84% dos mortos pela polícia, segundo o anuário.

As entrevistas duraram 45 minutos cada e foram conduzidas por Tayguara Ribeiro, repórter de política da Folha. Elas foram gravadas e disponibilizadas no site do jornal e em seu canal no YouTube.

A Folha convidou para as sabatinas as campanhas dos quatro candidatos mais bem colocados nas pesquisas. A equipe do presidente Jair Bolsonaro (PL) foi procurada, mas não respondeu.

COTAS

Nilma Gomes, representante de Lula Defende não só a continuidade da política, mas também sua ampliação. Diz que práticas podem chegar a outras instâncias, como os programas de pós-graduação

Ivaldo Paixão, representante de Ciro A favor. Quer projeto para acompanhar a jornada dos cotistas na universidade e programa de renda específica para eles. Defende, também, cotas na pós-graduação

Nestor Neto, representante de Tebet Afirma que a candidata é totalmente a favor das cotas raciais e que há possibilidade de o instrumento ser implementado também na pós-graduação

EFEITO DA VIOLÊNCIA SOBRE NEGROS

Nilma Gomes, representante de Lula Implementação de sistema único de segurança pública e políticas de

prevenção à vulnerabilidade e à violência da juventude negra; é contra a liberação irrestrita de armas de fogo

Ivaldo Paixão, representante de Ciro Critica o auto de resistência [quando um policial alega legítima defesa após matar um suspeito] e propõe revisão da Lei de Drogas; é contra liberação de armas, mas entende que há exceções, como para a proteção em zonas rurais

Nestor Neto, representante de Tebet Quer política social forte para evitar que pessoas fiquem vulneráveis e programa nacional integrado para o combate à violência, que possa servir "tanto para o Acre quanto para São Paulo"

DESEMPREGO DA POPULAÇÃO NEGRA

Nilma Gomes, representante de Lula Quer programas de qualificação profissional gratuitos, o que beneficiaria a população negra, e ampliação da lei 12.990, que reserva vagas a negros em concursos públicos federais

Ivaldo Paixão, representante de Ciro Foco da campanha é voltar a incentivar a indústria e oferecer isenção de **impostos** às empresas que façam recortes raciais em seus processos de contratação

Nestor Neto, representante de Tebet Maior questão é formação. Quer ensino integral desde a pré-escola; por outro lado, qualificar desempregados levando em conta diferenças geográficas dos estados

SAÚDE

Nilma Gomes, representante de Lula Defende a ampliação da política nacional de saúde integral da população negra, projeto criado durante governo petista, e coordenação com outras áreas, como a do direito das mulheres

Ivaldo Paixão, representante de Ciro Quer atacar problemas como violência obstétrica, que afirma ser mais forte contra negros; caminho é trabalhar questão e destruir estereótipos desde a universidade

Nestor Neto, representante de Tebet Defende unidades de saúde de referência nas comunidades mais vulneráveis, inclusive quilombolas, e assim combater, por exemplo, a anemia falciforme, mais presente em negros

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50041

Indústria de cruzeiros deverá movimentar quase R$ 4 bi na economia

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335?page=1&section=1

Orçamento é propaganda eleitoral contra Bolsonaro (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335?page=8&section=2

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335?page=8&section=2

Tendência da Selic é de estabilidade

JAIR AMARAL/EM/D.A PRESS - 22/7/22

A redução gradual nos preços dos combustíveis, como ocorreu em julho, tem influenciado para baixo as projeções de inflação, repercutindo na taxa de juros

JUAREZ RODRIGUES/EM/D.A PRESS - 14/4/22

O setor de serviços, com o comércio, acelera a atividade econômica, o que beneficia o cenário do país

Nathalia Garcia

O mais longo e intenso ciclo de aperto monetário promovido pelo Banco Central deve ser interrompido hoje. Essa é a expectativa majoritária do mercado financeiro, que espera a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano.

Mas um ajuste final de 0,25 ponto percentual, que transmitiria uma mensagem mais dura por parte da autoridade monetária, não está descartado pelos economistas.

"A comunicação do Copom na última reunião foi na direção de parada. Se ele estava confortável em sinalizar a pausa lá atrás, de lá pra cá, o conforto (que possibilitou a sinalização) ficou, no mínimo, igual. Então, ele faz a pausa para avaliação", disse Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos.

O conforto, na visão do ex-assessor especial do Ministério da Economia, vem da queda nas projeções de **inflação** para este ano e sobretudo para o próximo - período mais relevante para a atuação do BC dada a defasagem da política monetária.

De acordo com o boletim Focus, divulgado ontem, a estimativa do mercado para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 2022 recuou pela 12- semana consecutiva, de 6,4% para 6%, e a projeção para 2023 caiu de 5,17% para 5,01%, a quinta queda seguida.

A previsão mais baixa em 2022 incorpora o impacto de medidas legislativas aprovadas referentes aos preços dos combustíveis e da energia elétrica. Após a redução das alíquotas de ICMS, o país registrou dois meses de deflação (julho e agosto).

Só no mês passado, o índice oficial de **inflação** do país recuou 0,36%, segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). No acumulado em 12 meses, o IPCA ficou em 8,73%.

Além do corte tributário, Me-gale também menciona os reajustes nos preços dos combustíveis anunciados pela Petrobras na esteira da queda do valor do petróleo e a **inflação** de alimentos com uma dinâmica "um pouco mais favorável".

Para 2023, o economista Heron do Carmo, professor da FEA-USP (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo), espera um comportamento mais controlado da **inflação**. Entre os motivos, cita que os efeitos dos últimos choques inflacionários - provocados pela Guerra da Ucrânia - tendem a se esvair.

O especialista em **inflação** diz não ver justificativa para novo aumento de juros e considera que o BC já colocou a Selic em um patamar" muito razoável".

"Já estamos com uma taxa de juros que deve chegar a quase 6% em termos reais agora no fim do mês, quando sair o resultado da **inflação** de setembro; não vejo razão para novo aumento da taxa de juros", disse.

O ciclo eleitoral é outro fator que pode influenciar a decisão do BC sobre os juros, de acordo com Carmo, e colocar a autonomia da autoridade monetária à prova. O Copom definirá o rumo da taxa básica em meio à reta final da campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) por um segundo mandato.

A lei de autonomia do BC, em vigor desde fevereiro de 2021, determina mandatos fixos de quatro anos ao presidente e aos diretores da autarquia, que podem ser renovados apenas uma vez e não são coincidentes com o do presidente da República.

Caso o BC não encerre o ciclo de alta de juros nesta semana, será a primeira vez que o Copom elevará a Selic às vésperas do primeiro turno.

O último movimento em meio ao período eleitoral ocorreu em 2002, quando o comitê definiu em reunião extraordinária entre o primeiro e o segundo turnos elevar a taxa básica em 3 pontos percentuais, de 18% para 21% ao ano.

"O Banco Central sempre dirá que (a eleição) não (influencia), mas qualquer pessoa de bom senso sabe que sim. Seria uma surpresa uma mexida nos juros também por isso, a não ser que a taxa de juros estivesse muito defasada, mas não é o caso", disse o professor da USP.

Já Megale vê uma influência marginal do período eleitoral sobre a decisão do colegiado. "O ideal é não jogar ainda mais volatilidade em um tema que já é volátil, mas se for necessário fazer (ajuste), não é uma restrição", afirmou. Para o economista-chefe da XP, há chance de o BC levar a Selic ao patamar de 14% ao ano, apesar de não ser o seu cenário principal, caso queira adotar uma postura mais incisiva.

Eleições podem provocar ajuste residual

A economista-chefe para o Brasil do HSBC, Ana Madeira, acredita que um ajuste residual de 0,25 ponto percentual ajudaria a reforçar o tom "hawkish" (duro) da autoridade monetária. "No fim das contas, a gente ainda tem uma eleição no meio e risco fiscal para o ano que vem", argumentou.

O governo apresentou a proposta de Orçamento para 2023 com valor médio de R$ 405 para o Auxílio Brasil, apesar da promessa da manutenção do benefício turbinado de R$ 600.

A especialista também ressalta que, embora as projeções de **inflação** estejam caindo para o ano que vem, elas ainda continuam acima do objetivo a ser perseguido pelo BC em 2023, de 3,25%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Para Rafael Castilho, economista do Credit Suisse, um último movimento do BC seria "mais prudente" e sinalizaria o comprometimento da autoridade monetária com o combate à **inflação** diante da deterioração das expectativas para 2024.

De acordo com o último boletim Focus, a projeção dos economistas para 2024 subiu para 3,5% - acima do centro da meta, fixada em 3% pelo CMN (Conselho Monetário Nacional).

Os economistas também destacam a aceleração da atividade econômica em ritmo mais forte que o esperado. O **PIB** (Produto Interno Bruto) cresceu 1,2% no segundo trimestre, impactado principalmente pelo setor de serviços.

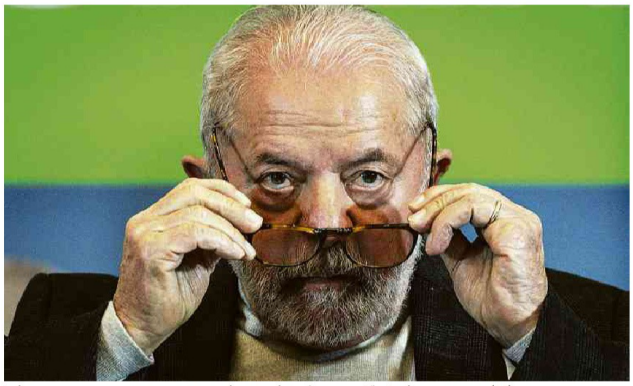
"O mercado de trabalho também está forte, com taxa de participação aumentando, assim como desemprego caindo. Isso tudo pressiona pelo lado da demanda", disse Castilho. No Brasil, a taxa de desemprego recuou para 9,1% no trimestre encerrado em julho deste ano.

Esse conjunto de fatores faz os analistas enxergarem espaço para o BC recalibrar a Selic, ainda que reconheçam que não ficariam surpresos caso a autoridade monetária decida encerrar o ciclo de aperto monetário com a Selic a 13,75% ao ano.

"Um adicional de 0,25 vai fazer uma mudança muito grande quantitativa? Não vai. No entanto, a gente vê esse adicional tendo um custo baixo para o Banco Central", resumiu Ana Madeira.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/09/2022/p1

Lula descumpre promessa e faz campanha cheque em branco" sobre governo



Lula, em encontro com representantes do setor de turismo, em São Paulo, nesta terça (20) Bruno Santos/Folhapress

Catia Seabra e Victoria Azevedo são Paulo

A 12 dias do primeiro turno das eleições, a campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não colocou no papel propostas que vêm sendo citadas nos discursos e programas de rádio e televisão do petista.

Na prática, Lula tem pedido uma espécie de cheque em branco ao eleitor, apresentando em troca poucos detalhes e mais um alegado compromisso a partir do legado de seus dois mandatos no Palácio do Planalto (2003-2010).

Segundo cronograma original divulgado pela campanha em 6 de junho, a expectativa era a de elaborar um "programa de governo aos moldes das candidaturas modernas, enxuto, didático e inovador, com cerca de 50 páginas" que seria consolidado até 10 de agosto para registro da candidatura junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) -o que, até o momento, não ocorreu.

Ao descumprir essa promessa, a equipe petista apresentou ao tribunal um documento de 21 páginas com diretrizes sobre temas diversos. Nele, por exemplo, não consta a promessa já divulgada pelo próprio ex-presidente de isenção do imposto de renda para quem ganha até R$ 5.000.

O documento também não apresenta fonte de recursos para bancar acréscimo de R$ 150 por criança de até seis anos beneficiária do programa Auxílio Brasil, divulgado no horário eleitoral.

Segundo o coordenador de programa da chapa, Aloizio Mercadante, a campanha está apresentando o programa por temas, "com as propostas de maior impacto e respondendo todas as demandas, especialmente da imprensa".

"O programa segue vivo, recebendo propostas e acolhendo sugestões, que foram mais de 13 mil pela plataforma digital e mesas de diálogo com todas as entidades nacionais que nos procuraram. Estamos preparando relatórios temáticos para todas as equipes de transição, se vencermos as eleições", diz Mercadante.

Um dos argumentos da equipe de Lula é a falta de informações durante o governo Jair Bolsonaro (PL).

Debruçada sobre números do auxílio emergencial com vistas à expansão do programa, a ex-ministra Tereza Campello afirma que "o cadastro único está bastante fragiliza do". "Precisamos entrar primeiro. Compreender o cenário e iniciar a reorganização do cadastro único", diz ela.

Já o deputado Alexandre Padilha afirma que Lula tem a plena noção que qualquer detalhamento de propostas nesse cenário de instabilidade poderia fazer com que elas não durassem "nem uma semana a partir de alguma atitude irresponsável por parte de Bolsonaro".

Padilha é um dos que tem sido escalado pela campanha presidencial para dialogar com setores da economia.

Integrantes da equipe de programa afirmam estar produzindo cadernos específicos com propostas a serem encaminhadas à transição em caso de eleição de Lula.

Ao falar sobre economia, Lula nega que esteja pedindo um cheque em branco sobre suas propostas de governo, afirmando que ele tem um legado de seus dois governos para apresentar à sociedade.

Em entrevista a uma rádio em maio, por exemplo, o petista afirmou que aprendeu com o ex-deputado Ulysses Guimarães que "não se fala muito de economia antes de chegar ao governo", porque se falar "nem ganha nem faz".

Lula lidera as pesquisas de intenção de voto.

Levantamento do Datafolha de quinta-feira (15) mostrou o petista com 45% ante 33% de Bolsonaro, seu principal adversário na corrida eleitoral.

O ex-presidente tem se amparado em três palavras que, segundo ele, irão pautar seu eventual governo na área econômica: previsibilidade, credibilidade e estabilidade.

Em seus discursos, também tem citado dados da economia no Brasil antes de ele assumir a Presidência e depois que deixou o cargo. A campanha do ex-presidente também tem explorado a comparação do legado petista e da situação do atual governo federal.

Apesar de indicar algumas propostas em discursos e, mais recentemente, na propaganda eleitoral, o petista não se aprofunda em como pretende implementá-las.

Em uma peça publicitária, divulgada no último sábado (17), além do programa Desenrola Brasil aparecem menções a um "salário mínimo forte", com reajuste acima da **inflação**, e investimento em grandes obras para gerar empregos.

Nessa peça, Lula afirma que irá incentivar o microempreendedorismo e que o "BNDES vai, agora, financiar pequenas e médias empresas".

"Nunca este país teve um presidente com tanto respeito e com tanta responsabilidade em tratar a economia como o nosso governo", afirma o petista na peça.

O prefeito de Araraquara, Edinho Silva, que integra a coordenação de campanha, diz que Lula é "uma figura pública que todos conhecem" e que o país "sabe que ele governa com responsabilidade, jamais faria propostas que não tivessem viabilidade".

Ele afirma que, primeiro, é preciso ganhar as eleições, construir uma governabilidade e, "após isso, estudar o orçamento e ver os possíveis remanejamentos".

"Outras propostas dependem de vontade política e de produtos, plenamente viáveis, que os bancos públicos podem induzir o mercado. Na hora certa, cada proposta prioritária será detalhada." O ex-presidente também tem evitado se comprometer com outros temas caso seja eleito presidente.

No debate presidencial realizado em agosto, Lula não assumiu compromisso de indicar mulheres para chefiar ao menos metade dos ministérios em um eventual governo, ao ser questionado.

"Olha, primeiro, eu não sou de assumir compromisso, de me comprometer a fazer metade, a indicar religioso, a indicar mulher, indicar negro, indicar homem. Ou seja, você vai indicar as pessoas que têm capacidade para assumir determinados cargos [...] eu não vou assumir compromisso de que eu tenha que ter determinada pessoa obrigatoriamente porque se não for possível, passarei por mentiroso", afirmou o petista.

Ele também se esquivou de responder em entrevista ao Jornal Nacional, da Globo, se respeitará a lista tríplice na hora de indicar o procurador-geral da República. Lula disse que não queria "definir agora o que eu vou fazer".

"Esse negócio de a gente ficar prometendo fazer as coisas antes de a gente ganhar, a gente comete um erro", disse Lula na ocasião.

Ainda sobre esse tema, o petista afirmou que não busca um "procurador leal a mim" e que, caso eleito, terá reuniões com o Ministério Público para discutir "os critérios que eu acho que é importante para eles e para o Brasil".

TSE ACEITA RECURSO DO PT E MULTA BOLSONARO POR MOTOCI-ATA EM ABRIL

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidiu nesta terça (20) multar o presidente Jair Bolsonaro (PL) em R$5.000 por evento com motociata e culto feito em abril, em Cuiabá (MT). Por 4 votos a 3, os ministros consideraram que Bolsonaro feriu as regras eleitorais ao promover propaganda eleitoral antecipada. "Mais uma vez eu agradeço a Deus pela minha vida e pela missão de estar à frente do Executivo Federal. E se essa for a vontade dele, nós continuaremos nesse objetivo" disse Bolsonaro no evento, antes do período oficial de campanha. Em junho, a ministra Maria Claudia Bucchianeri havia negado pedido do PT para punir o chefe do Executivo sob argumento de que não houve pedido explícito de voto. Nesta terça, porém, o tribunal aceitou por maioria o recurso do PT. O presidente do TSE, Alexandre de Moraes, disse que a motociata não é vedada, mas que "o conjunto da obra" é uma campanha claramente antecipada. Mateus Vargas

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50041

Brasil deverá ter mais de 500 mil milionários até 2026, diz estudo

Rafael Balago

O total de milionários no Brasil deve passar dos atuais 266 mil para 572 mil até 2026, aponta um estudo do banco Credit Suisse, que mostra também um aumento da concentração de riqueza em nível global.

O levantamento, chamado Global Wealth Report 2022, considera como milionário quem possui fortuna superior a US$ 1 milhão (R$ 5,14 milhões, na cotação desta terça-feira, 20). Ao final de 2021, havia 62,5 milhões de indivíduos com esse nível de riqueza no mundo todo, 5,2 milhões a mais do que em 2020.

"Esta alta acelerada reflete em parte o fato de que a **inflação** mais alta torna mais fácil ultrapassar a barreira do milhão de dólares", aponta o estudo.

A alta de preços aumenta o valor dos bens, como imóveis, o que amplia o valor do patrimônio de quem já tem propriedades. A valorização de ativos financeiros também ajuda a reforçar o caixa dos ricos.

O aumento previsto do número de milionários no Brasil, de 115% na comparação entre 2026 e 2021, é um dos maiores do mundo e superior à média da América Latina (99%).

Outros países emergentes, como China (alta de 97%), Índia (105%) e México (78%) também deverão ter aumento no número de ricos. Já o crescimento do total de milionários será menor em países desenvolvidos, como os Estados Unidos (alta de 13%), Alemanha (26%) e Itália (18%).

A diferença entre os dois grupos de países se deve às perspectivas de menor crescimento econômico nos países de maior renda. A expectativa é que as fortunas subirão 10% ao ano nas economias emergentes, mas só 4,2% nas nações de alta renda, segundo a instituição suíça.

No entanto, países da América do Norte e da Europa já possuem uma grande quantidade de milionários. Os EUA somam 24 milhões de habitantes com fortuna superior a US$ 1 milhão, em meio a uma população de 334 milhões. No Brasil, há 266 mil milionários.

O número de ultrarricos, com patrimônio superior a US$ 50 milhões (R$ 257,3 milhões), também deve subir, dos atuais 264 mil para 385 mil até 2026, considerando dados globais. Mais de 140 mil deles vivem nos EUA, e 32 mil na China.

O Credit Suisse estima que toda a riqueza do planeta somava US$ 463 trilhões ao final de 2021, um aumento de 9,8% em relação a 2020. Contudo, a concentração de renda -e consequentemente a desigualdade social- têm piorado. Cerca de 1% da população é dona de 45,6% do total da riqueza do planeta. Em 2019, antes da pandemia, eles controlavam 43,9%.

No Brasil, o 1% mais rico da população detém 49,3% da riqueza nacional. Nos EUA, o 1% no topo possui 35,1% do patrimônio. Este percentual é menor em países como China (o top 1% controla 30,5% da riqueza), Canadá (25%) e França (22,3%).

Nos últimos anos, houve também um aumento da chamada classe média global -pessoas com riqueza entre US$ 10 mil e US$ 100 mil (R$ 51.460 a R$ 514.600). Essa faixa abrange hoje 1,8 bilhão de pessoas.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50041

País tem 8° maior inflação entre 20 principais economias

Clayton Castelani

O Brasil se afastou do topo do ranking da **inflação** entre as principais economias do mundo. Após 16 dos 20 membros do G20 (grupo dos 19 países mais ricos e um bloco com integrantes da União Europeia) terem divulgado a **inflação** de agosto, o Brasil figura na 8ª posição, segundo dados compilados na plataforma da Bloomberg.

Antes, o Brasil estava em 4ª lugar, considerando levantamento realizado na primeira quinzena de agosto com dados referentes a julho.

Há dois motivos principais para essa mudança de posição. O primeiro é o registro do segundo mês consecutivo de queda do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) no Brasil, que em agosto foi puxado para baixo pela recuo dos preços dos combustíveis.

Isso fez a **inflação** cair para 8,73% no acumulado em 12 meses até agosto, após ter ficado em 10,07% até o mês anterior.

A outra causa para a queda do Brasil no ranking **inflação** foi a aceleração dos preços ao consumidor nas principais economias da Europa.

A **inflação** acumulada em 12 meses até agosto na zona do euro atingiu o valor recorde de 9,1%, segundo dados divulgados pelo escritório de estatísticas da União Europeia Eurostat na última sexta-feira (16). É a taxa mais elevada desde a criação do euro, em 1999.

Também aparecem à frente do Brasil no ranking o Reino Unido (9,9%), a Itália (9,1%) e a Alemanha (8,8%).

A Turquia permanece firme no topo, com uma **inflação** de 80,2%. Também continuam no pódio a Argentina, com uma taxa de 69,2%, e a Rússia, com 14,3%.

Posicionados no centro do ranking, os Estados Unidos divulgaram também na semana passada que o seu índice de preços acumulado em 12 meses ficou em 8,3%, após uma surpreendente alta de 0,1%. Economistas projetavam deflação de 0,1%.

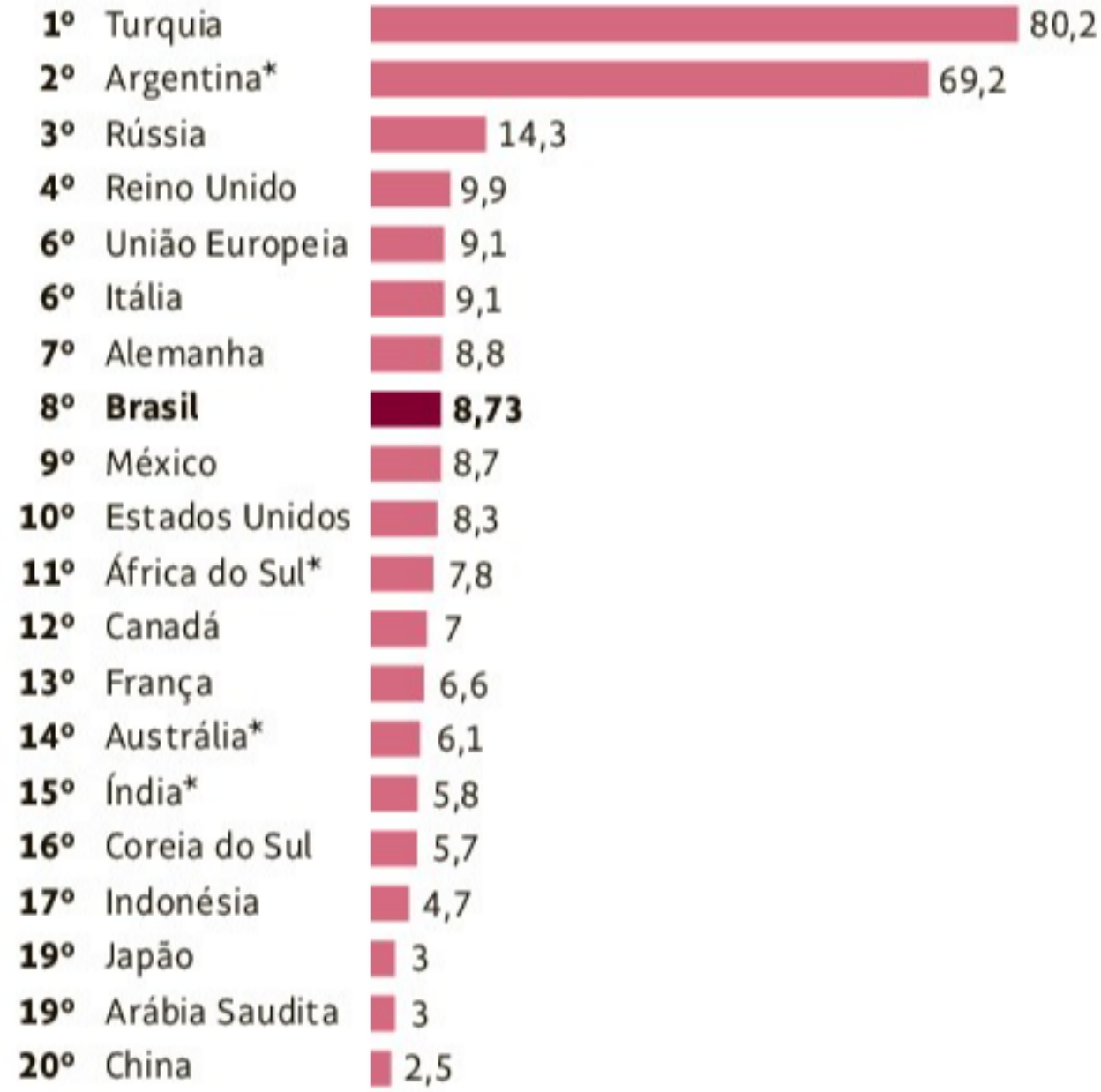
A antecipação do Banco Central brasileiro em relação às principais economia quanto à política de elevação de juros e as medidas adotadas pelo governo federal para redução do custo dos combustíveis, com destaque para a redução das alíquotas de ICMS, foram as principais medidas responsáveis por ter colocado a **inflação** Brasil em declínio em relação aos países do G20, segundo Fabio Fares, especialista em análise macro da Quantzed.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50041

Brasil ocupa 8ª posição no ranking da inflação no G20 em agosto

Índice de preços ao consumidor em 12 meses

Em %



* Países ainda sem dados de agosto
Fonte: Bloomberg

Bolsonaro desfiou uma sucessão de mentiras na ONU (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

O GLOBO / RJ - OPINIÃO - pág.: 02. Qua, 21 de Setembro de 2022
ECONOMIA

Combate à inflação impõe desafios a bancos centrais no mundo todo (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Crise afetou mais gravemente quem vive no Nordeste

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
Crise afetou mais gravemente quem vive no Nordeste

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Na contramão do exterior, Bolsa sobe 0,62% e dólar recua 0,25%

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Teto de gastos pode ficar se Lula ganhar, aposta Temer

Rafael Vazquez

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335?page=1&section=1

Argentina quer entrar nos Brics

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187335?page=1&section=1